

Os conflitos do trabalho docente nas empresas de capital aberto que atuam no ensino superior brasileiro¹

Thayse Ancila Maria de Melo Gomes²

Hellen Balbinotti Costa³

Resumo

Este estudo possui como objetivo investigar o trabalho docente em grupos empresariais que atuam no ensino superior brasileiro e que comercializam ações na bolsa de valores assumindo a composição de capital aberto. Para isso, optou-se por partir dos conflitos decorrentes que estes trabalhadores vivenciam, contextualizando o ensino superior e colocando em relevo os grupos empresariais de capital aberto que atuam nesse setor. Com esse intuito, foi utilizado o Censo da Educação Superior, o site oficial da bolsa de valores e reportagens que mencionavam a ocorrência de conflitos nas organizações estudadas, buscando identificar os mecanismos de resistências e as pautas que estão sendo reivindicadas nesses ambientes.

Palavras-chave: Trabalho docente. Ensino Superior. Grupos empresariais educacionais. Empresa de capital aberto. Conflitos.

Abstract

The present research aims to investigate the teaching work in business groups that work in Brazilian higher education and that market shares in the stock exchange assuming the composition of public capital. For this, it was decided to start from the resulting conflicts that these workers experience, contextualizing the higher education and highlighting the public companies that operate in this sector. For this purpose, the Census of Higher Education was used, the official website of the stock exchange and reports that mentioned the occurrence of conflicts in the studied organizations, seeking to identify the mechanisms of resistance and the patterns that are being claimed in these environments.

Keywords: Teaching work. Brazilian Higher Education. Educational business groups. Public Company. Conflicts.

¹ Pesquisa em andamento do doutorado de Thayse Ancila Maria de Melo Gomes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGE/UFRJ. Financiamento: Capes.

² Doutoranda no PPGE/UFRJ e integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação - Colemarx.

³ Mestranda no Programa de PPGE/UFRJ e integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação Colemarx.

Introdução

A presente pesquisa possui como nervura a investigação dos conflitos que envolvem o trabalho docente em grupos empresariais que atuam no ensino superior privado brasileiro e que comercializam ações na bolsa de valores, assumindo a composição de capital aberto (BRASIL, 1976).

De acordo com a legislação 6.404 (BRASIL, 1976), empresa de capital aberto é uma organização mercantil com fins lucrativos, regida por leis e usos do comércio. Também designada como “companhia” ou “sociedade anônima”, ela é dividida por ações (títulos), que correspondem a parcelas de empresas negociadas na bolsa de valores.

A comercialização frenética da educação na bolsa de valores é um movimento relativamente novo no Brasil. Outrora a educação era inexistente nas transações do mercado de ações, sendo a maior parte dos casos as organizações⁴ privada de ensino possuíam alcance local, pertencendo a grupos familiares ou religiosos no formato de capital fechado.

Atualmente, o mercado educacional possui uma comercialização mais intensa, direcionadas por grupos empresariais de alcance nacional. O sentido mercantil que guia a educação não é o mesmo de tempos atrás, ele se complexificou na profissionalização da gestão e no enfoco no lucro.

Com impulso nos anos 2000 (CHAVES, 2010), o setor econômico presenciou o crescimento de investimentos em grupos empresariais educacionais a partir da aquisição de ações dessas companhias (CADE, 2016). Como resultado dessa movimentação, corriqueiramente grupos empresariais educacionais de capital aberto estão sendo evidenciados nos meios de comunicação ora superestimados por ganhos financeiros atraentes, ora sendo alvo de críticas à queda da qualidade do ensino e a demissões de funcionários.

⁴ Aqui, utiliza-se o termo *organização* de ensino e não *instituição*, por compreender, com base em Chauí (1999), que os termos não são sinônimos. Segundo a autora, as organizações são movidas por interesses particulares, que são alcançados utilizando estratégias balizadas por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, não lhe competindo discutir ou questionar sua própria existência, função ou seu lugar. No que tange as instituições, Chauí (1999) discute que estas se definem pela prática social, possuindo a sociedade como princípio e referência normativa e valorativa, conseguindo perceber o seu local de inserção na divisão social e política, tomando como tarefa responder as contradições dessa divisão. Enquanto isso, a organização tem apenas a si como referência, num processo de competição com outras que fixam os mesmos objetivos particulares.

Por trás, o engrossamento do mercado revela um ambiente em expansão que se molda pela busca incessante de lucro, deixando a educação em segundo plano, o que gera um descompasso das prioridades nas organizações de ensino pertencentes aos grupos, repercutindo no trabalho docente.

Pensando sobre, este estudo foi desenvolvido com o intuito de discutir os conflitos que tem ocorrido com os professores, investigando pautas e mecanismos desenvolvidos pelos docentes que trabalham em organizações de ensino superior que estão vinculadas aos grupos que comercializações ações na bolsa de valores.

Nessa direção, inicialmente será contextualizado o ensino superior brasileiro, identificando os grupos de capital aberto, para posteriormente identificar os conflitos, destacando as principais pautas e as pistas que elas fornecem acerca do trabalho docente nesses ambientes.

Nota metodológica

Com o objetivo de subsidiar a investigação, algumas fontes foram selecionadas para coleta de dados desta pesquisa, sendo elas: i) Censo da Educação Superior; ii) portal eletrônico da bolsa de valores do Brasil; iii) reportagens que mencionavam a ocorrência de conflitos nas organizações estudadas.

Explicando brevemente as fontes, o Censo da Educação Superior é um levantamento anual realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No censo, é possível localizar informações sobre os estabelecimentos, cursos, estudantes e docentes.

Os dados coletados desagrupados são disponibilizadas nos chamados “microdados” (inep.gov.br/microdados), que correspondem a informações organizadas em bancos de dados, no formato “.cvc” e que podem ser analisadas por *softwares* de estatística. Além dos microdados, o Inep disponibiliza um resumo das informações de maneira agregada chamado “sinopses estáticas” (inep.gov.br/sinopses-estatisticas), no formato “.xlsx”.

Para esta pesquisa, o Censo foi utilizado com a finalidade de fornecer o mapeamento do ensino superior. Já para identificar os grupos educacionais que comercializam ações na bolsa de valores, foi consultada a listagem das empresas no site da bolsa de valores do Brasil no segmento “serviços educacionais”, o que resultou na

localização de quatro grupos: Ânima, Estácio, Kroton Educacional e Ser Educacional. E a partir dos sites oficiais dos grupos, foi possível ter acesso às marcas vinculadas a eles.

Finalizando essa primeira parte, em seguida foi identificada a existência dos conflitos que envolvem o trabalho docente dentro dessas organizações. Para isso, são coletadas informações referentes a temática através do site de busca do *Google*, utilizando como palavras-chave de pesquisa os termos “conflitos”, “protesto”, “greve”, “paralisação” e “manifestação”, seguido do nome do grupo empresarial e/ou de organizações de ensino associada. Por fim, com base nesse material foi destacado os mecanismos de resistência e as pautas que envolvem a parcela dos docentes que atuam nas organizações de ensino aqui estudadas.

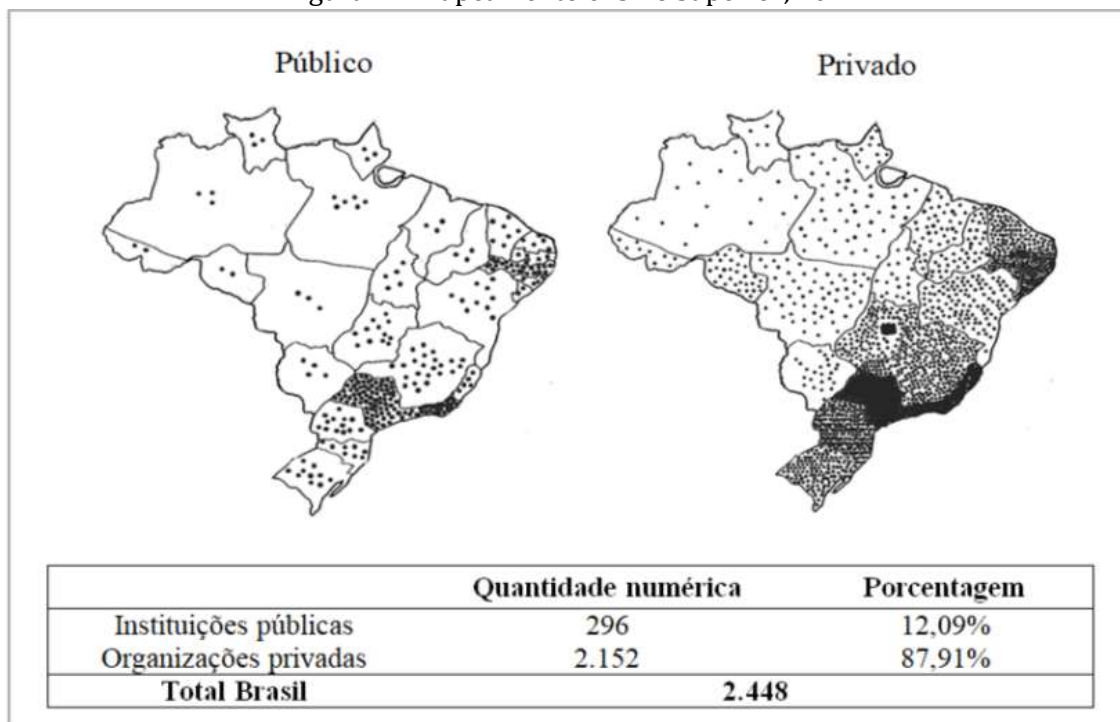
O ensino superior no Brasil: a hegemonia das organizações educacionais com fins lucrativos e os grupos empresariais de capital aberto

O ensino superior do país é composto pelo setor público e o setor privado. No setor público as esferas são: municipal, estadual e federal. E no setor privado elas se dividem em: *sem fins lucrativos* e *com fins lucrativos* (BRASIL, 1996).

As sem fins lucrativos são formadas por três tipos diferentes de organizações, podendo ser: i) comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, podendo ser também cooperativas educacionais que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; ii) confessionais: instituídas por grupos de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas; iii) filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 1996). Enquanto que, as com fins lucrativos, como o próprio nome induz a compreensão, é composta por organizações de ensino que possuem caráter mercantil.

Para compreender como se encontra a divisão entre as dependências administrativas mencionadas, inclusive as com fins lucrativos, primeiramente verificou-se a quantidade de organizações de ensino existente no Brasil, com o enfoque na quantidade pertencente ao público e ao privado. Como resultado, foi possível identificar que no Brasil existem 2.448 de estabelecimentos de ensino superior, sendo sua maior parcela (87,91) pertencente ao setor privado (INEP, 2018).

Figura 1 – Mapeamento ensino superior, 2017



Elaboração própria.

Fonte: Sinopse estatística do Inep 2017.

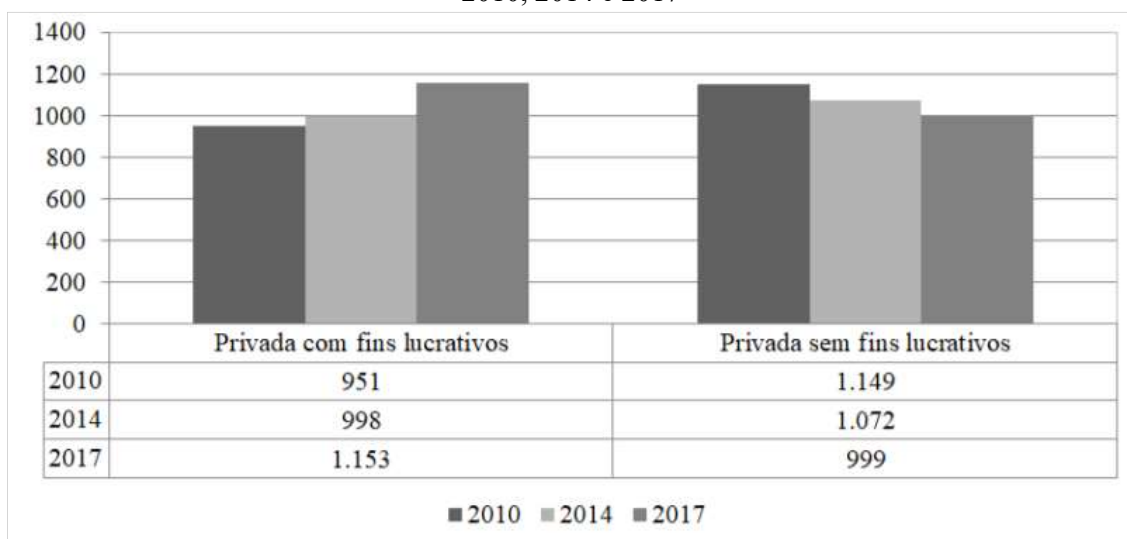
Fazendo um recorte do setor privado, observa-se que 1.153 são organizações com fins lucrativos, enquanto que 999 são sem fins lucrativos. Isso representa que a maioria das organizações de ensino superior atualmente possui finalidade mercantil.

Essa configuração compõe um recente cenário, que se difere dos últimos anos. Conforme estudos sobre o ensino superior do Brasil realizado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2000, as matrículas nas organizações de ensino superior com fins lucrativo totalizavam apenas 18,5% do setor privado (CADE, 2016).

Nessa época as organizações sem fins lucrativos eram mais expressivas e apenas nos anos posteriores é que as privadas com fins lucrativos começaram a ter um crescimento orgânico.

Observando os últimos 7 anos, surgiram 202 organizações privadas com fins lucrativos, enquanto que 150 estabelecimentos privados sem fins lucrativos deixaram de existir. Ou seja, as organizações sem fins lucrativos estão em declínio, enquanto que as organizações privadas com fins lucrativos estão se desenvolvendo no setor, possibilitando perceber um real crescimento do mercado educacional que coloca a educação superior imersa em uma lógica mercantil.

Gráfico 1 – Organizações privada com fins lucrativos e sem fins lucrativos, ensino superior, 2010, 2014 e 2017



Elaboração própria.

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior dos anos 2010, 2014 e 2017.

Para o Cade (2016), é possível que as organizações sem fins lucrativos tenham migrado para o setor empresarial, seja de forma autônoma, seja mediante aporte de capitais de terceiros, como os *fundos de investimentos* nacionais e estrangeiros, ou outros grupos econômicos que já atuam no setor de educação superior.

Segundo o conselho (CADE, 2016), os fundos de investimento foram fundamentais para a configuração atual do mercado do ensino superior privado. Registrado e fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os fundos correspondem uma modalidade de investimento coletivo.

No caso do mercado educacional, o tipo de fundo envolvido são os fundos de investimento em participações, que são regularizados pela instrução nº578 da CVM (2016), que o define como:

[...] constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinada à aquisição de ações, bônus de subscrição, debêntures simples, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, que deve participar do processo decisório da sociedade investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão (CVM, 2016).

Como definido pela CVM (2016), os fundos de investimentos possuem participação no processo decisório da companhia investida, influenciando diretamente em decisões estratégicas. Desse modo, mesmo que “os investimentos nas empresas

muitas vezes terem caráter minoritário, os fundos têm como prática assegurar o controle de gestão para garantir as melhorias no negócio” (CADE, 2016, p.23).

Conforme Oliveira (2009), esses fundos possuem condições de investir altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em quem empreendem ou induzem processos de reestruturação das organizações de ensino por meio da redução de custos e da racionalização administrativa, buscando a ‘profissionalização’ da gestão em uma perspectiva claramente empresarial que prioriza a maximização do lucro.

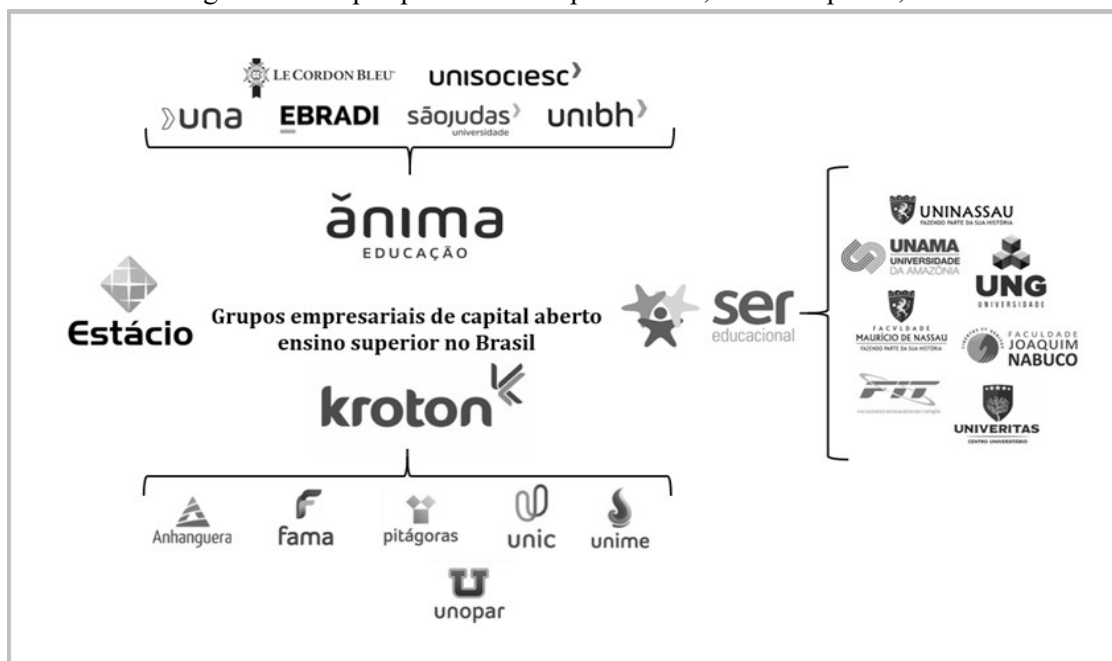
Dentro desse processo, é importante problematizar que a essência dos fundos de investimentos é rentista, logo, todas as estratégias e mecanismos que esses grupos utilizam nas organizações de ensino são voltadas para a geração do lucro, que influenciam elementos como a concepção de organização, estratégias de negócio, publicidade e escolha dos cursos. Portanto, isso resulta em uma dinâmica específica de altas margens de lucro, onde a nova forma de organização das empresas educacionais, com determinada subordinação financeira, engendra novas formas de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, além da inserção dos fundos de investimento no ensino superior privado, outra tendência recente que o Cade (2016) aponta, e que compõe a temática desta pesquisa é a capitalização dos grupos empresariais do setor via abertura de capital na bolsa de valores. No Brasil, em 2007 ocorreu a primeira oferta pública inicial na bolsa de valores de ações relacionada ao ensino superior, que envolvia os grupos educacionais Anhanguera, Estácio e Kroton (SGUISSARDI, 2015).

No país, a bolsa de valores oficial é a [B]³, o nome faz referência às letras iniciais: Brasil, Bolsa, Balcão. Atualmente, em 2019, a composição do setor educacional, dos grupos de capital aberto educação superior⁵ é formada pelas companhias Ânima, Estácio, Kroton Educacional e Ser Educacional.

⁵ Como demarcado até aqui, o estudo se restringe ao ensino superior brasileiro, por isso as empresas de capital aberto que atuam na educação básica (Bahema e Somos Educação) não foram listadas e não entram em análise nesta pesquisa.

Figura 2 – Grupos privados de capital aberto, ensino superior, 2019



Elaboração própria.

Fonte: [B]³ e sites dos grupos empresariais.

Comparando com 2007, que os grupos pioneiros no ramo eram Anhanguera, Estácio e Kroton, em 12 anos ocorreram fatos relevantes no setor, como em 2014 com a fusão dos grupos Kroton e Anhanguera (SOUZA, 2014), a tentativa de compra da Estácio pela Kroton, barrada pelo Cade em 2017 (VENTURA, 2017) e o ingresso em 2013 de dois novos grupos no ramo, Ânima e Ser Educacional (REUTERS, 2013).

Como é visível nessas transições, a Kroton é uma das empresas mais atuantes do mercado educacional, se tornando a maior empresa em educação do mundo após a incorporação do grupo Anhanguera e a transformando em uma das suas marcas. Além da Anhanguera, a Kroton chegou a comprar outros grupos, sendo esta movimentação de comercialização comum no mercado de ações.

Inclusive para o Cade (2016) essas transações, em um período relativamente curto estão provocando concentração de empresas. Como consequência disso, o setor tem se *centralizado* por meio de aquisições e/ou fusão de organizações de ensino. Segundo Marx ([1890] 2013), centralização é o processo de acumulação de capital que contribui para “absorção” de capitalistas menores por capitalistas maiores.

Para o autor, a centralização pode ocorrer pelo caminho violento da anexação, onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados. Por isso, se nesses casos de centralização o capital “cresce nas mãos de um homem até atingir

grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens” (MARX [1890] 2013, p. 853).

Conforme Marx ([1890] 2013), em comparação ao processo de acumulação de capital, a centralização pode ocorrer de maneira rápida, alterando só o agrupamento dos componentes do mercado. Se tratando de sociedade de ações, a velocidade aumenta mais ainda. No caso do ensino superior, a Confederação Nacional dos trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino – CONTEE, tem alertado para o crescimento dos conglomerados com fins econômicos de capital aberto que enfatizam a racionalização administrativa para otimização dos custos, na busca constante do aumento dos lucros (CONTEE, 2016).

Segundo Maués (2015), as aquisições e fusões de empresas no mundo todo têm criado os oligopólios, e uma conseqüente concentração de serviços nas mãos de poucos “vendedores”, sendo esta uma maneira de aumentar os lucros, quando os maiores grupos se juntam, tornando-se líderes no setor. Na educação superior, esse cenário obteve aval dos governos, que criaram uma estrutura jurídica e política que atraíram o interesse de investidores, o que colaborou para o avanço do comércio de ações e a inserção dos fundos de investimento estrangeiros (MAUÉS, 2015).

Analisando esse movimento de maneira ampla, Chesnais (1995) já observava na década de 80, a maior parte dos investimentos estrangeiros era direcionada para aquisição e fusão de empresas já existentes, ou seja, tratava-se de *uma mudança de propriedade do capital* e não de uma criação de novos meios de produção.

Movimento semelhante tem ocorrido no ensino superior, onde grupos empresariais compraram outros grupos já existentes, incorporando e associando a sua marca a eles. Para Chesnais (1995), estamos vivendo um novo regime mundial de acumulação mais intenso, na qual o movimento de centralização vem se desenvolvendo nos últimos anos de um modo sem precedentes, impulsionado pelas exigências da concorrência aos grupos mais fortes no sentido de arrebatar das firmas absorvidas suas fatias de mercado, reestruturar e “racionalizar” suas capacidades produtivas.

Desta maneira, esses e os demais elementos apresentados, circundam os novos caminhos do ensino superior, que mergulhado na lógica mercantil que o mercado de ações impõe mantém um compasso frenético de lucro, gerando conseqüências para o trabalho docente.

Os conflitos do trabalho docente nos grupos empresariais de capital aberto

A escolha por estudar o trabalho docente nos grupos empresariais de capital aberto, a partir dos conflitos, emergiu através do cenário de fortalecimento da lógica empresarial. Com a necessidade de continuar repassando bons rendimentos para os investidores, os grupos empresariais estão cada vez mais buscando mecanismos para otimizar o orçamento.

Conforme Sebim (2015), se tratando de valorização do capital, o rendimento se torna maior à medida que os custos são reduzidos, e uma das maneiras de fazer isso é intensificando a exploração de seus trabalhadores. Desse modo, a redução de custo pode implicar no rebaixamento salarial, na subcontratação de trabalhadores, na contratação de professores com baixa titulação, na redução do número de trabalhadores e no aumento do número de demissões.

Frente a esse cenário, pareceu pertinente observar como os docentes que estão trabalhando nas organizações de ensino superior de capital aberto vivenciam isso, quais as pautas que os afligem e seus mecanismos de resistência, sobretudo pela ampliação do setor privado com fins lucrativos, pela parcela considerável de docentes trabalhando nessas organizações, e pelo advento da capitalização e dos fundos dos investimentos.

Por outro lado, a opção investigativa de partir dos conflitos para pesquisar os docentes também foi selecionada, ao constatar que o rastreamento do trabalho docente nos grupos empresariais possuem algumas limitações, como a dificuldade de acesso aos professores que atuam nessas instituições por receios relacionados à perseguição, e consequentes demissões, que poderiam decorrer a partir da exposição de informações. Assim, identificar os conflitos que tem ocorrido através de manifestações públicas fornecem pistas investigativas acerca do trabalho docente e uma visão ampla da situação.

Diante disso, para iniciar um levantamento da situação desses docentes, optou-se por desenvolver um levantamento a partir de reportagens que relatavam conflitos nas organizações de ensino vinculadas aos grupos empresariais de capital aberto que atuam no ensino superior brasileiro.

Para o levantamento, foram considerados os grupos que possuem ações comercializadas na bolsa de valores [B³], que como já exposto anteriormente, correspondem as empresas: Ânima, Estácio, Kroton Educacional e Ser Educacional.

No total, foram localizadas 103 reportagens, que estão datadas entre os anos de 2005 e 2018, que relataram a ocorrência de 57 conflitos envolvendo tais grupos, como protestos, reclamações/denúncias em órgãos públicos e paralisações. Dos 57 conflitos estudados, 50 foram protagonizados por estudantes dessas organizações. Evidentemente, para os estudantes organizar e participar dessas atividades deve representar menos risco de penalidades, já que para os docentes envolvimento em manifestações de insatisfação pode ser motivo para demissão.

Entre os mecanismos de manifestação utilizados, os protestos em via pública são os mais usuais, ocorrendo 52. Além disso, identificou-se que as reformas pedagógicas com o foco em disciplinas à distância e demissões do corpo docente aparecem como as principais pautas reivindicadas.

Observando os conflitos, é possível identificar que se encontra em curso uma reformulação do currículo nas organizações de ensino de capital aberto, buscando a transformação de disciplinas que antes eram presenciais, em disciplinas a distância. Ou seja, a educação a distância não tem se restringido apenas aos cursos que se enquadram nessa modalidade, ocorrendo um movimento amplo de inserção de ferramentas da educação à distância também no ensino presencial.

Acerca, essa acentuação da educação a distância também nos cursos presenciais tem gerado insatisfação tanto para estudantes, quanto para professores. De acordo com reportagem (LIMA, 2017) que relata uma manifestação que ocorreu na Faculdade Pitágoras, unidade Teixeira de Freitas (BA), pertencente ao grupo Kroton, estudantes percorreram o espaço da organização para chamar atenção da administração com a finalidade de pressioná-los para abertura de diálogo sobre algumas pautas.

Entre as pautas, foi indicado que no contrato assinado pelos estudantes constava que eles estavam se matriculando em um curso presencial, e atualmente há turmas com até 3 dias de aulas *online* durante a semana (LIMA, 2017). Além disso, Lima (2017) também relata que um dos motivos da manifestação foi a implementação do “Blended”.

O “Blended” consiste na oferta de uma disciplina com elementos presenciais e interativos em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na qual a carga horária teórica é ofertada totalmente no AVA e a carga horária prática realizada presencialmente na organização de ensino. Todavia, embora seja indicado o acompanhamento das aulas práticas nesse formato de disciplina, foi apontado no

protesto dessa unidade especifica a ausência de aulas práticas, e a inutilização dos laboratórios para aulas (LIMA, 2017).

Se tratando de uma companhia com atuação padronizada, semelhanças dessa situação são localizadas em unidades de diferentes regiões, que podem ocorrer em épocas distintas. Como nesse caso, que além de reclamações na Bahia em 2017, também foi localizado insatisfação com a inserção da modalidade a distância em cursos presenciais, em 2010, na Faculdade Pitágoras de Minas Gerais.

De acordo com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro Minas), em assembleia dos docentes dessa unidade em 2010, já era apontado preocupações com a proposta da reforma pedagógica apresentada pela Kroton naquela época, que tinha como finalidade substituir aulas presenciais por aulas a distância, o que resultaria em demissões de professores (SINPRO MINAS, 2010).

Para os docentes e o Sinpro Minas “a reforma revela mais uma tentativa da Kroton de reduzir custos e aumentar os lucros, com prejuízo para a qualidade do ensino e as condições de trabalho da categoria” (SINPRO MINAS, 2010). Segundo o sindicato, a reforma é uma medida voltada para atender os interesses do mercado financeiro.

Concomitantemente, um movimento de demissões e diminuição do corpo docente tem se moldado, inclusive utilizando as disciplinas *online* como mecanismo para “otimizar” o corpo docente existente a partir de reformas curriculares que possuem como norte o crescimento do lucro nas empresas, e não o ensino e a aprendizagem adequado.

A Estácio tem sido um exemplo escancarado sobre isso, vide as recentes demissões e o próprio planejamento que ela tem delimitado. De acordo com o seu documento de apresentação institucional publicado em maio de 2018 (ESTACIO, 2018, p.7), no tópico “iniciativas para ganhos eficiência e aumento da receita”, é possível identificar isso claramente nas medidas como “aumento dos estudantes por classe” e “redução do corpo docente”.

Neste mesmo documento também é mencionado a implementação de um novo plano de carreira do corpo docente, além do estímulo de “maior compartilhamento das disciplinas entre os cursos” e de “disciplinas híbridas (campus e *online*), com a estratégias para otimizar a alocação do corpo docente (ESTACIO, 2018, p.9).

Além das demissões, é importante mencionar que existe uma busca pelo barateamento dos trabalhadores, na qual geralmente os que possuem maior titulação são

retirados para diminuir custos. Segundo o Inep (2018) a maior proporção de professores doutores está localizada na educação pública.

No total são 106.748 doutores que estão distribuídos em organizações pertencentes às esferas federal, municipal e estadual, fazendo contraste aos 50.651 doutores das privadas, indicando que o ensino privado não enfatiza a titulação nas suas unidades, provavelmente pelo encarecimento que a titulação acarreta na folha salarial.

Tabela 1 – Docentes por titulação no ensino superior, público e privado, 2017

Setor	Sem graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Público	5	4.155	15.270	45.053	106.748
Privado	5	207	55.205	103.374	50.651
Total Brasil	10	4.362	70.475	148.427	157.399

Elaboração própria.

Fonte: Sinopse estatística do INEP, 2017.

Segundo Sebim (2015), a formação do trabalhador em qualquer área de atuação deveria ser um pré-requisito para sua contratação, sobretudo no trabalho docente no ensino superior. A autora indica isso, pois, em tese, um professor com uma titulação mais elevada possui um maior domínio dos conhecimentos requeridos para área da atuação, o que leva o atrelamento da qualidade dos cursos superiores a titulação do seu corpo docente.

Por outro lado, nas organizações mercantis, Carvalho (2013) aponta que a maioria dos cursos geralmente é orientada para os negócios, que evitam perspectivas teóricas que não sejam imediatamente aplicáveis e relevantes ao trabalho, da mesma forma que não há necessidade de pesquisa por parte dos professores, nem existe qualquer expectativa de serviço à comunidade.

Para Chauí (2003), essas organizações de ensino, são definidas e estruturadas por normas e padrões alheios ao conhecimento e a formação intelectual, onde a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignadas em manuais de fácil leitura para os estudantes, sendo o recrutamento de professores feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimento de sua disciplina. Nessas organizações a docência é pensada como habilidade rápida para formação de graduados que precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho do qual serão expulsos, com a possibilidade de se tornar obsoletos e descartáveis.

De qualquer forma, não é que não existe pesquisa nas organizações, a pesquisa ocorre, mas como Chauí (2003) aponta, elas seguem os padrões organizacionais,

recortando a realidade em meios de soluções parciais para problemas e obstáculos locais. Por isso, para autora, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação.

Enfim, são várias variáveis que podem ser observadas ao estudar o trabalho docente nos grupos de capital aberto que estão atuando no ensino superior. Certamente os relatos dos conflitos e as informações coletadas no Inep podem apresentar uma contribuição interessante sobre os professores que compõem o corpo docente nessas organizações.

Considerações finais

Como apresentado até aqui, a constituição como uma empresa de capital aberto requer certa preocupação com o lucro que as organizações de ensino precisam incorporar. Participar do mercado de ações mobiliza comportamentos estratégicos com o intuito de reduzir gastos e otimizar orçamentos, favorecem os grupos empresariais, mas não necessariamente os seus trabalhadores.

Ao sistematizar os conflitos que envolvem os docentes que trabalham nas organizações de ensino vinculadas aos grupos empresariais foi possível identificar as reformas pedagógicas, favorecendo disciplinas online, e a demissão de professores. Ambas as estratégias que priorizam o lucro, deixando o ensino e a aprendizagens como preocupações secundárias.

O avanço dos grupos empresariais de capital aberto sobre o ensino superior é um movimento preocupante para a categoria docente, que carece de maiores aprofundamentos. Longe de esgotar o debate, a investigação continua a acompanhar o desenrolar da atuação dessas organizações e as consequências geradas aos trabalhadores da educação superior.

Referências

[B]³. **Empresas listadas**. 2019. Disponível: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso: 28/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Presidência da República, 1976. Disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm>. Acesso: 20/08/2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CADE. **Atos de concentração no mercado de prestação de serviços de ensino superior.** Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

CARVALHO, Cristina. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista brasileira de educação.** v. 18, n.54, jul-set, 2013.

CONTEE. **Oligopólio na educação superior: Uma grave ameaça.** 2016. Disponível em: <<http://contee.org.br/nota-da-contee-oligopolio-na-educacao-superior-uma-graveameaca/#.V28E6PkrKUK>>. Acesso: 20/10/2018.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional.** São Paulo: Caderno Mais! Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999.

_____. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 20/01/2019.

CHAVES, Vera. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 5, p 1-30, Dezembro de 1995.

CVM. **Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM nº 589/17 e 604/18.** 2016. Disponível: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst578consolid.pdf>>. Acesso: 29/03/2019.

ESTACIO. **Apresentação institucional.** 2018. Disponível: Acesso em: <<https://ri.estacio.br/>>. Acesso em: 07/11/2018.

INEP. **Sinopse estatística 2017.** 2018. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20/02/2019.

_____. **Microdados Censo da Educação Superior 2010**. 2011. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>.

Acesso em: 20/02/2019.

_____. **Microdados Censo da Educação Superior 2014**. 2015. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>.

Acesso em: 20/02/2019.

_____. **Microdados Censo da Educação Superior 2017**. 2018. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>.

Acesso em: 20/02/2019.

OLIVEIRA, Romualdo. de A transformação da educação em mercadoria no Brasil, **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

LIMA, Andressa. **Salas lotadas, infraestrutura, segurança: Estudantes da Faculdade Pitágoras fazem manifestação reivindicando melhorias**. 2017. Disponível em: <<http://vidadiaria.com.br/index.php/educacao/1292-salas-lotadas-infraestrutura-seguranca-estudantes-da-faculdade-pitagoras-fazem-manifestacao-reivindicando-melhorias>>. Acesso: 18/12/2018.

MAUÉS, Olgaíses. A expansão e a internacionalização da educação superior. **3ª reunião nacional da ANPEd**, UFSC, Florianópolis, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1890] 2013.

SEBIM, Charlini. O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no espírito santo – UFES. *In*: Reunião Nacional da ANPEd. 37. 2015. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

SIMPRO MINAS. **Professores do Pitágoras rejeitam mudança pedagógica**. 2010. Disponível: <<http://sinprominas.org.br/noticias/professores-do-pitagoras-rejeitam-proposta-de-mudanca-pedagogica/>>. Acesso em: 20/02/2019.

SOUSA, Dayanne. **Fusão que cria maior grupo de educação do Brasil é aprovada**. 2014. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,fusao-que-cria-maior-grupo-de-educacao-do-brasil-e-aprovada,1522995>>. Acesso: 20/01/2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

VENTURA, Manoel. **Cade rejeita fusão da Kroton Educacional com a Estácio.** 2017. Disponível: <<https://oglobo.globo.com/economia/cade-rejeita-fusao-da-kroton-educacional-com-estacio-1-21532066>>. Acesso:20/01/2019.

REUTERS. **Ser educacional poderá movimentar quase R\$ 1 bi em abertura de capital.** 2013. Disponível: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ser-educacional-podera-movimentar-quase-r-1-bi-em-abertura-de-capital,166137e>>.

Acesso: 19/01/2019.